

INVESTIGANDO A NOÇÃO DE ESTADO POR PARTE DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO -MODALIDADE EJA- DE UM COLÉGIO ESTADUAL DE NITERÓI-RJ

Raquel Nascimento Gonçalves*

*Universidade Estadual do Rio de Janeiro- Faculdade de Formação de Professores- *Mestranda em Geografia
raquelgreen83@gmail.com*

O presente trabalho buscou investigar quais concepções os alunos do Ensino Médio da modalidade EJA de um Colégio Estadual do Município de Niterói têm (ou não) acerca do conceito de Estado, considerando a compreensão desta categoria como fundamental para o entendimento de conceitos geográficos, bem como sua abordagem no ensino de geografia. O Estado é importante ator na produção do espaço geográfico e alunos trabalhadores tendem a ter um contato mais estreito com ele, e há mais tempo. Foi realizada pesquisa bibliográfica e foram aplicados questionários com perguntas abertas e fechadas a 70 alunos em relação a temas da Geografia Política -notadamente sobre o conceito de Estado-, como atribuições do Estado brasileiro, a distribuição espacial de instituições e serviços públicos, bem como sobre o acesso a direitos sociais e políticos. Parte do grupo pesquisado relaciona o Estado ao governo e a um ente com autoridade, mas 72,7% dos alunos pesquisados não responderam ou não souberam dizer o que é Estado soberano, bem como 58,4% não quiseram ou souberam dizer o que o termo, numa manchete jornalística, queria designar.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Ensino de Geografia, Ensino Médio, Estado, Geografia Política.

Introdução

O espaço geográfico é a base material para a existência do homem na Terra, e também resultado das ações do homem em sociedade. Sendo o espaço geográfico múltiplo e dinâmico, em constante transformação, a apreensão do conhecimento geográfico exige reconhecer como o espaço está organizado, entender as relações que nele ocorrem. As transformações socioespaciais acontecem em todos os lugares do mundo atendendo a interesses de diferentes atores, e um importante deles é o Estado.

O mapa-múndi político exhibe a superfície de terras emersas do planeta dividida em territórios sob jurisdição de Estados, cuja existência pode ter sido naturalizada ao longo dos séculos e cuja construção se deu por processos históricos e políticos. Fenômenos físicos - como planaltos e desertos - e humanos são classificados muitas vezes de acordo com

Estado(s) que lhes contém (“Mar da China, Península da Coreia, etc.). Quando em sala de aula falamos, por exemplo, do território (e do poder), talvez não demos, na prática, a devida atenção à definição de Estado. O Estado tem poder de autoridade, de influência, o monopólio da instituição de leis e da violência legitimada, da punição; é um conjunto de agentes exercendo força sobre a coletividade.

Este trabalho buscou perceber como o conceito de Estado vem sendo abordado na Geografia escolar e compreendido pelos educandos. Pode haver, por parte dos alunos, a falsa percepção - sobretudo em classes populares de comunidades dominadas pelo tráfico de drogas - de que o Estado não atua ou atua pouco nesses territórios. Pretendemos considerar a visão de alunos jovens e adultos de Niterói, município com melhor IDH do estado do Rio de Janeiro e sétimo melhor do país (PNUD 2010).

Defendemos que tratar de assuntos como o Censo do IBGE ou a ação das empresas multinacionais no mundo sem mencionar o Estado ou citá-lo sem que a construção dessa noção esteja consolidada pelos alunos é ilógico, em uma prática docente que se pretende transformadora no tocante a estimular o pensamento crítico a respeito do espaço em que se está inserido. Empenhamo-nos pela discussão dos princípios básicos de funcionamento de instituições estatais específicas que norteiam nossa forma de organização social, além de conhecer a prática social dos estudantes, problematizar seus saberes formais e espaciais para, a partir daí, abordar conteúdos e possibilitar a construção de conceitos que questionem sua própria realidade.

Partimos dos seguintes pressupostos: a) o Estado existe como ator fundamental na produção do espaço geográfico; b) vem modificando suas formas de atuação ao longo do tempo e das transformações dos modos de produção de bens e mercadorias (SANTOS, 1986, p. 57); c) é contumaz e necessária a alusão a ele nas aulas de Geografia; d) problematizar assuntos tidos possivelmente como evidentes pode ser convite ao questionamento, à criticidade.

O Estado teve diversas formas, mas, visando os objetivos deste trabalho, focaremos nosso olhar sobre o Estado moderno, formalizado no Tratado de Vestfália (1648). Ele tem sido objeto de estudo de diversas ciências e de muitos autores da Filosofia, do Direito, da Ciência Política; representa a forma máxima de organização humana, somente transcendendo a ele a concepção de "comunidade internacional".

“Estado” (do latim *status*: modo de estar, situação, condição), segundo o Dicionário Houaiss é datada do século XIII e designa "conjunto das instituições (governo, forças

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

armadas, funcionalismo público etc.) que controlam e administram uma nação"; "país soberano, com estrutura própria e politicamente organizado".

O Estado é instituição organizada política, social e juridicamente, ocupando um território definido, normalmente onde a lei máxima é uma Constituição escrita, e dirigida por um governo que possui soberania reconhecida tanto interna como externamente. Um Estado soberano é sintetizado pela máxima "um governo, um povo, um território". (BOBBIO, 2004, p.72) Sociedade e Estado não são sinônimos; atuam como conjunturas necessárias, entes "separados mas contíguos, distintos mas interdependentes" (BOBBIO, 2004, p.52).

"Ninguém jamais viu o Estado. Quem poderia, no entanto, negar que ele seja uma realidade?" (BURDEAU, 2005, p. 9) É possível falarmos do *Estado-sociedade* e do *Estado-máquina*. Como sistema político, o Estado é um subsistema do sistema social. (BOBBIO, 2004, p. 62) Sua origem está, segundo alguns autores, na necessidade de proteção da propriedade privada e a busca pela *estabilidade social* desejada pela classe burguesa.

Bobbio (2004) afirma que o estudo sobre o Estado é dividido em dois grandes campos: a história das instituições políticas e a história das doutrinas políticas. Ele afirma que diferentes ordenamentos dos sistemas políticos tornaram-se conhecidos através de escritores, como o Estado Absoluto de Thomas Hobbes, a Monarquia Parlamentar de Locke, o Estado Limitado de Montesquieu, a Democracia moderna de Rousseau, a Monarquia Constitucional de Hegel; outros autores como Marx, Engels, Poulantzas, Gramsci, Bourdieu, Foucault, também o analisaram, sob diversas perspectivas.

Sendo o Estado um poderoso agente de transformação do espaço, muitos geógrafos também dedicaram-se ao seu estudo, como Raffestin, La Blache, Reclus, Yves Lacoste, Milton Santos, David Harvey. Douglas Santos, Ruy Moreira.

Metodologia

Com o objetivo de investigar que posicionamentos os alunos têm a respeito de temas da Geografia Política - notadamente sobre o conceito de Estado - e assim, contribuir para a construção da cidadania, utilizou-se como metodologia a aplicação de questionários a 70 alunos (entre 18 a 47 anos) do Ensino Médio da modalidade EJA, turno noturno, de um colégio estadual localizado na zona norte do município de Niterói. Foram feitas perguntas relacionadas a atribuições do Estado brasileiro, bem como sobre o acesso a direitos sociais e políticos¹.

¹O método utilizado nos resultados dos cálculos foi o de truncamento; neste caso, manteve-se apenas uma casa decimal.

Resultados e Discussão

Ao perguntarmos para que servem documentos como certidão de nascimento, identidade, CPF e Título de eleitor, 44% (31) disseram que os documentos que temos são para nos identificar; e 31% (22), para provar que somos cidadãos; outros 4% (3) atestam que tê-los é obrigatório. Aqui, podem-se considerar preocupantes os fatos de que 7% (5) afirmaram que a razão para ter documentos é nos permitir trabalhar; outros 7% não quiseram ou souberam responder, bem como 2% não sabem porque os têm. Isso poderia apontar a necessidade de maior conhecimento a respeito do papel do cidadão, seus direitos e deveres.

À pergunta “todos os cidadãos têm documentos?” 61% (43) dos alunos responderam que sim, enquanto expressivos 37% (26) afirmam que há cidadãos sem documentos. Isso revela diferentes concepções dos aspectos incluídos na noção de cidadania.

Indagamos aos alunos se ter documentos nos torna cidadãos, ao que 88% (62) dos alunos responderam afirmativamente. É preciso, a nosso ver, conceber e reivindicar a equidade entre as pessoas, a ética, a democracia, os direitos e a dignidade, não apenas a identificação formal. 11% reconhecem que não basta ter documentos, pois a cidadania efetiva demanda conhecimento e exercício de deveres e direitos.

Quando perguntamos quem ou o que nos obriga a ter documentos, a maior parte dos alunos (31%; 22) afirma que o governo nos obriga a tê-los; 17,1% não responderam(12), 10% declararam ser o Estado; 7% não souberam e 28% deram respostas como “a lei”, “a empresa que contrata”, ou “sem eles não somos nada”. No momento da realização da pesquisa (11/2017), 39 alunos não estavam trabalhando e apenas 10 nunca haviam trabalhado. 78% trabalhava no setor de comércio e serviços.

Vimos que 10 alunos tinham 18 anos quando da resposta ao questionário; isso poderia explicar, em parte, o quantitativo do grupo (15; 21%) que relata nunca ter votado em eleições, já que as últimas ocorreram em 2016. Além disso, podemos considerar também essa resposta no caso do eleitor ter justificado seu voto e não participado do pleito, por exemplo. 53 alunos afirmaram já ter votado em eleições.

Chamou atenção a quantidade de alunos (34%) que respondeu não saber para quais cargos públicos elegemos nossos representantes. Isso atesta a potencial importância de temas da Geografia Política para o público da EJA, em muitos casos, trabalhadores estudantes e eleitores. Os cargos mais lembrados foram, respectivamente: 35% -presidente; 32%-vereador; 28% -prefeito; 24% -deputado federal; 18% -governador; 18% -senador; 14% -deputado estadual. 21% não responderam, um índice também expressivo. A questão teve resposta livre; cada aluno indicou quantos e quais cargos preferiu.

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

Perguntamos então, aos alunos, a quais poderes da República pertencem os cargos públicos para os quais votamos: Executivo, Legislativo ou Judiciário.

Em sua obra *Espaço do Cidadão*, Milton Santos (2007) afirma que o exercício da política pode se transformar num ato de consumo:

O título de eleitor é só um arremedo de cidadania. Quando o sistema eleitoral impede que o voto seja representativo, nem se pode exigir que os partidos tenham projetos alternativos de nação nem que os candidatos o sejam por acreditar em um ideário consequente. Votar passa a ser mais um ato de consumo – o consumo do título de eleitor -, e não o exercício do direito de escolha de um futuro para seu país, sua região, seu lugar. (p.154)

Em torno de 30% dos alunos não responderam a que poderes da República pertencem os cargos para os quais elegemos representantes. Outros 25% revelaram não saber. Tais somas sinalizam incerteza no tocante ao processo democrático.

Segundo Vlach, o exercício democrático cotidiano é “arma” contra a violência à dignidade humana, porque “Estamos vivendo restrições aos direitos mais elementares da cidadania. Exercer a cidadania remete, entre outros, à prática democrática da discussão de questões que envolvam poder, política e território, qualquer que seja sua escala.” (Vlach, 2003, p.69)

Os poderes mais citados pelos alunos foram, respectivamente: Legislativo (32%), Executivo (17%) e Judiciário (5%). Pouquíssimos alunos tentaram esboçar o pertencimento de cada cargo ao seu poder específico.

A seguir perguntamos se votamos para escolher os ocupantes dos cargos de todos os poderes da República. Ao que obtivemos:

35% disseram corretamente que não escolhemos os ocupantes de cargos dos três poderes e 17% não responderam. Este item visava aferir se os alunos manteriam suas respostas dadas no anterior. Como verificamos, em ambos vemos alguns (5% no anterior; 47% neste) considerando que votamos para eleger representantes de cargos também do Poder Judiciário, equívoco elementar, a nosso ver, quando se trata de cidadãos eleitores.

Se as informações recebidas pelo eleitor brasileiro a respeito de nossa forma de governo são, na opinião de alguns, verídicas, defendemos que são incompletas ou, no mínimo, insuficientes. Esse é um dos pilares para que a democracia se torne efetiva.

Indagamos aos alunos que tipos de direitos tem o cidadão. Houve mais de uma resposta por aluno. 21% dos alunos (15) citaram saúde e educação como direitos do cidadão. Vimos numa das questões que a maioria já fez uso da rede pública de saúde e a reconhecem portanto, além da escola, como direito. Não mencionamos a qualidade desses serviços na opinião dos alunos, mas em outras perguntas citaram a precariedade vista no país.

17% (12) apontaram os direitos de ir e vir e votar. 15% (11) não responderam e 10% disseram que temos “muitos” direitos, sem especificá-los.

Lamentavelmente, 11% (8) defenderam que o cidadão não tem qualquer direito e outros 11% disseram não saber que direitos têm. Poucos (4%) lembraram do direito à moradia e a ter opinião (2%). Destacamos a resposta: “o cidadão tem muitos direitos, mas na minha opinião não usufruímos nem da metade do que temos direito e tudo numa precariedade lamentável principalmente saúde e educação.”

Alguns ainda citaram direitos humanos, trabalhistas, o de *cumprir* leis e o de ter armas para se “defender da violência”.

Perguntamos então onde estão listados os direitos dos cidadãos brasileiros. Aferindo o conhecimento do nome da Carta Magna que rege o país: 32% dos alunos não responderam e 21% não souberam citar a Constituição como documento onde estão redigidos nossos direitos e deveres. 11% disseram o termo corretamente e outros 11%, “na lei”. 8% declararam que os direitos do cidadão estão formalizados nos direitos humanos.

Podem ser vistos como contraditórios os fatos de que a Constituição vigente no Brasil desde 1988 seja chamada de “*Constituição Cidadã*” por promover o Estado democrático, e tantos brasileiros não alcancem a cidadania concretamente.

É surpreendente que trabalhadores estudantes que tentam concluir no turno da noite sua escolaridade básica e moram em áreas pobres - muitos em comunidades carentes² - que sofrem com violência de criminosos e, por vezes, de agentes do Estado, e que até tenham -alguns- afirmado não ter direitos, digam, majoritariamente, que nunca se sentiram desrespeitados no acesso aos mesmos. 55% assumiram este posicionamento, enquanto 35% admitiram já ter sentido desrespeito aos seus direitos. 8% não responderam.

2A unidade escolar em questão, onde a autora leciona, já foi visitada por policiais em busca de criminosos; é histórica e conhecidamente frequentada por alunos de classes populares e moradores de comunidades carentes do entorno; tem baixa frequência escolar quando ocorrem conflitos entre facções rivais do tráfico de entorpecentes ou operações policiais; eventualmente podem-se ouvir tiroteios estando na mesma. As comunidades onde muitos dos alunos moram são: Otto, Vila Ipiranga, Coronel Leôncio, Marítimos, Santo Cristo, Nova Brasília e Morro do Castro. Preferimos não perguntar em que localidade específica os alunos residem por conta da escola já ter tido furtos a objetos, alunos que foram detidos, baleados, ações policiais em busca de sua frequência escolar e ainda, indícios de uso e venda de drogas ilícitas em suas instalações. Mais da metade (39) dos respondentes mora no bairro da escola.

Questionamos então qual ou quais direitos dos respondentes foram desrespeitados. Apesar de 35% dos alunos terem assumido desrespeito aos seus direitos na questão anterior, menos de 28% relataram quais. 52% não souberam ou preferiram não relatar. 11% disseram que foi no acesso a serviços de saúde, transportes e bancários. 10% surpreendentemente alegaram não saber quais dos seus direitos foram desrespeitados.

Ao perguntarmos quem ou o que desrespeitou seus direitos, 54% não responderam. 14% mais uma vez disseram não ter sido desrespeitados. 4% declararam sofrer desrespeito por parte dos políticos e outros 4% não souberam responder. Isso pode denotar desconhecimento sobre os agentes e instituições responsáveis pelos serviços considerados. 4% mencionaram que o desrespeito foi no acesso à saúde. Pasmosamente, apenas 2% afirmaram que o governo já desrespeitou seus direitos. Outros 2% acusaram a polícia, apenas 1% mencionou o Estado e outros 10% citaram a escola, o prefeito, o DETRAN, o presidente, e poderes como o Executivo e o Judiciário.

Perguntamos aos alunos se pagam impostos. Ainda que tenhamos observado no grupo que respondeu o questionário a existência de cerca de 14% de alunos de até 18 anos, também 14% que nunca haviam trabalhado e 55% que não estavam trabalhando no momento da pesquisa, destaca-se o fato de que 24% afirmem que não pagam impostos. É possível que compreendam que apenas taxas como IPTU, IPVA e Imposto de Renda sejam impostos ou ainda que suponham não pagá-los por trabalharem informalmente. Mas sabemos que pagamos impostos em tudo que consumimos, já que eles estão embutidos nos valores que pagamos pelos produtos. Ao comprar pão, leite, jornal, combustível, passagem de ônibus, metrô, carros, pagamos muitos impostos em nosso dia a dia, sobretudo no Brasil. 64% afirmaram pagar impostos e 11% não responderam à questão.

Ao perguntarmos se os alunos veem como igualitária dentro do município onde vivem a distribuição de investimentos públicos em serviços essenciais como saúde, educação e transportes, 68% disseram que os investimentos em serviços públicos não são feitos equilibradamente no município onde moram e 20% afirmaram que sim. Isso aponta para uma avaliação mais criteriosa do que observam nas cidades onde moram. 11% não responderam.

Embora 68% tenham dito que os investimentos não são feitos igualitariamente em seu município, 27% preferiram não responder por quê. 17% admitiram que há lugares com melhores serviços do que outros, mas não arriscaram explicar por qual razão. 17% imputaram a diferença na qualidade de serviços à corrupção e 10% confessaram não saber qual o motivo dessa variação. Outros 10% salientaram que os serviços públicos são precários, porém sem explicitar o porquê. 7% argumentaram que áreas pobres têm serviços piores que áreas ricas e

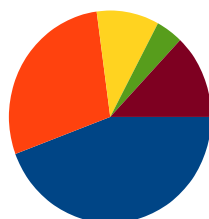
12% deram respostas inesperadas como “porque os prefeitos são diferentes”, “os serviços são bons” ou ainda “não há verba para os investimentos”. Destacamos as seguintes respostas:

“porque, [sic] há muita diferença em vários bairros que moramos, principalmente nas policlínicas.”; “por que[sic] eles não respeitam o nosso direito” e ainda: “porque nos bairros mais nobres tem iluminação, policiamento, saneamento básico, e no bairro mais pobre não tem nada disso.”

Já quando a questão é feita a respeito da distribuição dos investimentos em serviços públicos entre as regiões do país, 78% afirmam que eles não recebem investimentos de forma igualitária e 2% disseram o contrário. 17% não responderam e 1% disse não saber.

Quando pedimos que os alunos justificassem suas respostas ao item anterior, 34% não deram qualquer explicação. 18% mais uma vez culpabilizam a corrupção. 15% disseram não saber e 7% novamente disseram que não há verba suficiente. 7% apresentaram o fato (má distribuição de investimentos públicos) no lugar de sua causa e outros 18% alegaram razões como “os parentes dos políticos não usam os serviços”, “culpa do governo” ou “não há repasse de verba”. Merecem destaque as respostas: “nessa crise que ta,[sic] como vai existir igualdade? Tem dinheiro nem para se alimentar direito.” e ainda: “porque o país não tem igualdade social.”

O QUE SIGNIFICA ESTADO SOBERANO?



- SEM RESPOSTA=31 (44,2%)
- NÃO SEI=20 (28,5%)
- TEM PODER ACIMA DE TUDO=7 (10,0%)
- ONDE TERRITÓRIO ORGANIZA SEU ESPAÇO=3 (4,2%)
- OUTROS=9 (12,8%)

Quando apresentamos um exemplo do uso do termo “Estado” no livro didático utilizado nas aulas de Geografia do programa de que participam (NOVA EJA-módulo I-volume 1 -pág.55) na própria escola, perguntando qual o seu significado, 44% dos alunos se abstêm de responder e outros 28% admitiram não saber. * 10% declararam que o termo designa o Estado com “poder acima de tudo”. 4% parecem ter buscado o termo dicionários ou sites de busca na internet (“onde o território organiza seu espaço”) e outros 12% responderam frases como “algo que não possa ser alterado” e “com estrutura, organizado, controlado”. Destacamos, dentre essas, as respostas: “governo soberano”; e ainda “nunca ouvi falar.”

Desta vez expusemos o uso do termo em uma manchete jornalística. No dia 07/01/2017 o programa televisivo *Jornal da Record* e o site *r7.com* anunciaram uma reportagem cujo título era: “Com omissão do Estado, facções criminosas assumem presídios em todo o país.” Podemos encontrar, em uma breve pesquisa na internet, inúmeras notícias que mencionam o termo. Novamente se somarmos os que não responderam (44%) aos que não souberam (14%), ultrapassamos metade dos alunos que colaboraram com a pesquisa. Isso aponta para uma possível insegurança ao responder a questão, sobretudo porque o índice de perguntas que receberam retorno é sensivelmente maior do que o de não respondidas. 12% defendem que o Estado é o governo, uma imprecisão que pode ser comum na opinião de parte expressiva da população brasileira. 4% afirmaram que o Estado, neste caso, é a unidade da federação, Rio de Janeiro, outro equívoco possivelmente também corriqueiro. 20% deram respostas como “a região”, “país soberano”, “lugar que possui um líder” ou “a polícia”. 4% disseram que o Estado são os políticos, dentre os quais destacamos a que afirmou: “Estado são os políticos que também são tudo uma facção.”

Ao serem perguntados a respeito da classe social a que pertencem, a maioria utilizou estratos de renda para designar a classe de que fazem parte, o que é geralmente feito pela grande mídia; nenhum aluno respondeu como sendo da classe trabalhadora, assalariada ou proletário. 24% não responderam, 15% afirmaram fazer parte da classe média, outros 15% declararam-se como da classe baixa. 8% disseram não saber e 7 % citaram a classe “média baixa”. 5% assumiram pertencer à classe C e outros 12% mencionaram palavras como “pobre”, “oprimida”, “carente” e “popular”.

Por diversas vezes os alunos demonstraram ter consciência das injustiças que sofrem em seu cotidiano, criticaram e denunciaram desigualdades presentes no espaço onde vivem. Usam as redes públicas de saúde e educação e apontam sua precariedade; nem todos precisam os três poderes da República, mas sabem que há ocorrência de corrupção e priorização dos próprios interesses por parte de agentes públicos. Por desconhecerem muitos dos seus direitos, alguns afirmam não serem desrespeitados, quando o são diariamente. Nem todos citam a Constituição, embora a maioria perceba que os investimentos públicos não visam a equidade. Não definem sempre o que é o Estado, contudo indicam que o país não tem igualdade social. Poucos mencionam o sistema capitalista, mas muitos se reconhecem como pobres ou da classe “oprimida”. Nossos alunos sabem muito. Falta a escola oferecer-lhes mais.

Conclusões

Há diversas concepções de escola, explicitadas em variados discursos, políticas e práticas. Há vertentes que defendem que a escola, como instituição, deve promover a ciência e

qualificar mão de obra para o mercado de trabalho. Outras linhas de pensamento compreendem a escola como espaço primordialmente responsável pela formação plural do ser humano. No entanto, a despeito das divergências teóricas, é indiscutível o papel social que a escola cumpre como instância política, cultural e científica. E, por essa razão, a escola deve ser espaço formativo que incentiva a justiça social, o respeito à diversidade e oferece ao educando a possibilidade de desenvolver suas potencialidades, alcançar seus objetivos pessoais, conquistar sua autonomia.

É preciso observar que, sob qualquer dessas visões, a escola brasileira tem falhado, em situação histórica de crise, não sendo bem-sucedida em atender toda a população e formar sujeitos capazes de pensar e agir criticamente sobre si e seu país. A escola brasileira é historicamente excludente e suas diretrizes curriculares nem sempre estimulam a compreensão da complexidade do mundo. A escola pública brasileira frequentemente não atende a demanda, não mantém seus alunos na sala de aula até a conclusão da educação básica, nem promove satisfatoriamente o conhecimento e a equidade.

Contribuir para a formação de cidadãos conscientes e autônomos, que conheçam e valorizem sua própria identidade, assim como a do município, do estado e do país em que vivem é um grande desafio, que cabe, em grande parte, à Geografia. Cabe à disciplina instrumentalizar o aluno para entender o espaço geográfico em seu contexto complexo e construir a apreensão da realidade pela espacialidade de fenômenos culturais, políticos e socioeconômicos. Para tanto, é necessário pensar quais funções têm os conteúdos científicos e suas representações sociais na estrutura da geografia escolar, uma vez que o conteúdo ministrado hoje influencia a percepção do aluno diante das transformações do espaço geográfico.

Algumas constatações encontradas com a pesquisa indicam a necessidade de uma prática pedagógica que tenha maior compromisso com os educandos, e não com o automatismo do conteúdo previsto para ser “passado”. Alunos que consideram ser cidadão o indivíduo portador somente de identificação; que, no desconhecimento de quais de seus direitos são desrespeitados, afirmam não ter qualquer direito, ou (o que pode ser considerado ainda mais grave) não ter nenhum deles desrespeitado; que reconhecem que os investimentos em serviços fundamentais não são igualitários, mas não arriscam dizer por quê; que relacionam o Estado ao governo, mas sem nitidez.

Segundo o dicionário de filosofia, *conceito* é a forma do pensamento humano que permite captar os caracteres gerais essenciais das coisas e dos fenômenos da realidade objetiva, é um instrumento teórico transformador. Defendo que abordemos com mais rigor,

em nossas aulas, conceitos interdisciplinares importantes para a compreensão do espaço geográfico e a ampliação da consciência crítica de nossos alunos.

Proibindo o estacionamento de veículos em uma via, realizando pesquisas como o censo demográfico, fazendo investimentos públicos, regulando juros, capacitando profissionais de nível técnico, implementando programas sociais, aumentando salários... as ações do Estado podem ser inúmeras.

Ele continuamente deu apoio ao modo de produção capitalista e à exploração da natureza e do trabalhador. Suas diversas especificidades ao longo da história trazem novas conotações que devem ser problematizadas pelo professor de geografia. É um instrumento de dominação que prioriza interesses particulares em nome de um falso interesse geral.

Há Estados que historicamente são mais pressionados por seus cidadãos no que tange ao acesso a direitos sociais; assim como há aqueles em que os trabalhadores são mais qualificados do que os da maioria do planeta - esses são, sob alguns aspectos, menos explorados – e, portanto, têm mais acesso a esses direitos. Com o passar do tempo e o desenvolvimento do sistema de produção e circulação de mercadorias, como efeito da acumulação de capital, as corporações passaram a ter mais poder sobre os sistemas políticos dos países ao redor do globo, bem como as Organizações Multilaterais passaram a pressioná-los cada vez mais na adoção de políticas que transferem investimentos públicos em benefício do grande capital. Assim, assentimos com a ideia de que o Estado nasceu com a intenção do poder hegemônico, instituiu-se com viés nacionalista e se mantém com a premissa do desenvolvimento, tendo continuamente favorecido uma classe dominante em detrimento de outras; vem se adaptando ao longo dos séculos para manter o domínio, a exploração e o lucro usufruídos por alguns.

É fundamental que nossos alunos adultos, sobretudo se cursam o ensino médio, reconheçam direitos como seu desenvolvimento intelectual, social e econômico, através do acesso a instituições e serviços públicos como educação, vacinação, saneamento básico, etc. É preciso que percebam que ações estatais são planejadas por alguns, mas direcionadas de modos diferentes a todos; repercutem em áreas muito maiores que a vida do cidadão. Lamentavelmente é comum observarmos que tantas vezes somente a posse de um objeto ou o recebimento de um benefício criam o engodo de uma melhor condição de vida, quando na realidade a ascensão à dignidade se mantém distante.

Ainda que uma ação do Estado possa beneficiar a todos, alguns tirarão mais proveito diretamente do que outros; apesar disso, é de sua incumbência, pelo menos em teoria, assegurar às pessoas uma potencial igualdade social.

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

Defendo a necessidade de, como professores de geografia que buscam a transformação da realidade social em que vivemos, lutarmos pela modificação do Estado. E, para isso, é primordial contribuir para a sua compreensão por parte dos alunos, também na educação básica.

Desta forma, esperamos que os alunos estejam mais aptos à tomada de decisão e ao debate no cotidiano. A aula deve ser planejada não por padrões, mas por princípios. Ser cidadão é diferente de ser consumidor, viver na cidade não é o mesmo que transitar de casa para o trabalho.

A educação de jovens e adultos foi, no Brasil, historicamente relegada a segundo plano. É, ela própria, uma política pública de reparação social por parte do Estado com aqueles que não tiveram acesso à educação. Passou a existir mais efetivamente a fim de sanar a demanda por mão de obra trabalhadora. Mas ela pode - e deve - estimular e desenvolver habilidades como: raciocínio, aplicação/elaboração de conceitos, capacidade de observação e de análise crítica. É no que acredito e é o motivo pelo qual busco estender meus saberes e os de meus alunos, aprimorando minha prática. Certamente todos os alunos já tiveram “contato” com a “máquina” estatal ou várias de suas instâncias, mas a definição de termos e funções, a problematização para seu fácil reconhecimento, é indispensável.

Referências

BOBBIO, N. Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

BOURDIEU, P. Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92) edição estabelecida por Patrick Champagne... [et al.]; tradução Rosa Freire d'Aguiar. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BURDEAU, G. O Estado. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. - São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DICIONÁRIO Houaiss Conciso / Instituto Antônio Houaiss, organizador. São Paulo: Moderna, 2011.

SANTOS, D. Estado Nacional e Capital Monopolista. In: Revista Terra Livre. N1. São Paulo: 1986, p. 53-61.

SANTOS, M. O Espaço do Cidadão. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

VLACH, Vânia Rubia F. Pós 11 de Setembro de 2001: Um Resgate do Político e da Política para uma nova Geopolítica. Estudos Geográficos, Rio Claro, n.1(1) junho, 2003, p. 63-79.

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br